

## **ASPP volta a frisar na Comissão de Orçamento e Finanças os problemas estruturais que afetam a PSP**



A **Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP)** foi hoje ouvida na 5.<sup>a</sup> Comissão de Orçamento e Finanças.

► A **ASPP/PSP** já tinha enviado a todos os grupos parlamentares, um documento crítico sobre o OE de 2022, no entanto, voltamos a evidenciar na audição um conjunto de problemas estruturais que a PSP atravessa.

Na audição parlamentar estiveram presentes os seguintes grupos parlamentares do PSD, do PS e do PCP.

A **ASPP/PSP** enquadrou a sua intervenção na perda de poder de compra que os profissionais da PSP vão atravessar, num quadro já difícil por força dos constantes congelamentos passados.

Fundamentou-se que o aumento salarial de 0.9% para a administração pública (onde se inclui a PSP) é insuficiente, face aos 3.7% previstos de inflação, agravado com o contexto internacional.

No caso do OE 2022 para a área da Administração Interna, identificou-se a questão das admissões na PSP e a questão da programação de infraestruturas e equipamentos, numa perspetiva que tais matérias não fiquem apenas no campo das intenções e ainda que as medidas anunciadas sejam de concretização efetiva. ► Outra das críticas apontadas pela **ASPP/PSP**, passou pela ausência no OE de 2022, de opções que passem pela revisão de carreiras e condições remuneratórias, - invocando a pouca atratividade da Instituição - a qual, na opinião da **ASPP/PSP**, não passa, não pode passar, por alterações estéticas na idade de admissão, mas sim, por uma política valorativa nos vencimentos, na reestruturação dos suplementos e na alteração do valor do risco, assim como, alteração em questões de orgânica interna (mobilidade, transferência e habitação, entre outras.

Salientamos a ausência de higiene e saúde no trabalho, algo que foi adiado sem qualquer justificação, após reuniões de negociação e propostas da **ASPP/PSP** em 2021.

Em concreto, propusemos a resolução em sede de OE para 2022, de três questões fulcrais;

- ✓ a alteração do valor da compensação pelo risco, em consonância com a proposta conjunta da ASPP/PSP e APG/GNR,
  - ✓ a anulação do n.º 3, do art.º. 61 do OE, a qual contempla uma necessária política de admissões, para que exista a permissão de saída para a pré-aposentação. Algo inqualificável.
  - ✓ a resolução (com pagamento dos índices) do problema que se arrasta desde 2010, onde cerca de 2000 policias foram ultrapassados por colegas mais modernos, fruto da promoção destes últimos.
- As questões apresentadas foram acolhidas pelos deputados, os quais solicitaram mais informações e demonstraram disponibilidade para a sua resolução.

A **ASPP/PSP** fundamentou estas três questões nessa audição, em coerência com as suas posições anteriores a este propósito.



Comunicado  
11.maio.2022

#ParaNossaDefesa

ASPP/PSP